

A INDEPENDÊNCIA E A FORMAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL

META

Propor uma análise do processo de independência que demonstre a falta de unidade nacional na luta pela soberania e seus desdobramentos na formação do Estado.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

conhecer as mudanças que resultaram da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

destacar o peso das divergências regionais e políticas como embaraço para o surgimento de uma identidade nacional.

ênfatar questões como a violência e a politização das ruas como aspectos pouco revelados da Independência.

Sumariar os fatos políticos que marcaram o Primeiro Reinado.



Coroação de D. Pedro I por Debret. (Fonte: Gomes, 2008, encarte).

INTRODUÇÃO

Caro aluno. Terminamos nossa aula passada falando sobre uma das primeiras medidas tomadas por D. João logo que chegou ao Brasil: a abertura dos portos brasileiros, e sobre sua importância para a autonomia econômica da colônia. Na aula de hoje, antes de falar sobre a Independência, vamos analisar outros acontecimentos que, também derivados da presença da Corte no Brasil, influenciaram na luta pela autonomia política alcançada em 1822.

Quando as autoridades portuguesas transferiram para o Brasil a sede do governo não deixaram para trás somente o vazio do poder, deixaram também uma grave crise financeira, agravada pelo fim do monopólio do comércio da colônia. Inicialmente justificada pela invasão francesa, a transferência acabou perdendo sentido para os metropolitanos à medida que o tempo passava, Napoleão fora apeado do poder e o rei permanecia no Rio de Janeiro. A distância do monarca e a efervescência das idéias liberais resultaram numa revolução que tinha entre seus propósitos o de fazer o Brasil retroceder à situação anterior a 1808. Daí a crise que acabou evoluindo para a ruptura dos laços com Portugal.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Na sua chegada ao Brasil o príncipe regente D. João não se fazia acompanhar apenas pela Família Real e algumas outras autoridades. Com ele vieram entre dez e quinze mil pessoas, o que fez aumentar em 50% a população do Rio de Janeiro. São números que, por si só, já prenunciam o impacto do acontecimento, pelo menos para a capital colonial. Mas as mudanças que se seguiram à instalação da Corte no Brasil não se limitaram apenas ao crescimento da população e da capital colonial, aos novos hábitos sócio-culturais que introduziu, nem ao já mencionado fim do monopólio português. Também não ficaram restritas ao campo da economia e da sociedade, alcançando outros domínios, especialmente o da política. Nesse caso, veremos que a transmigração da família real e sua permanência no país, foram fator determinante para o ato que decretou a soberania do Brasil “sobre a base da unidade monárquica”.

O Rio de Janeiro na época de dom João

Antes da chegada da corte portuguesa, o Rio de Janeiro oferecia poucas distrações: as famílias ricas iam a espetáculos, embora fossem de má qualidade, freqüentavam bailes familiares, os homens, reuniões de jogos. Praticamente não existia a vida noturna por causa da falta de iluminação. Esse tipo de vida calmo e aparentemente sem preocupações foi de um dia para o outro revolucionado pela chegada da família real portuguesa e toda a sua corte. Para atender às exigências, foram logo construídas novas casas e reformadas as já existentes. Os balcões fechados com

madeira traçada, as rótulas, começaram a ser substituídas por janelas com vidraças. Começaram a aparecer também residências isoladas, longe do centro, em meio a jardins, com muitas árvores e gramados. Seguiu-se toda uma série de modificações introduzidas pelos comerciantes vindos sobretudo da Inglaterra e da França, após a abertura dos portos. No centro da cidade, na rua do Ouvidor, instalaram-se lojas cheias de artigos europeus e orientais, dos mais finos. Surgiram livrarias, perfumarias, tabacarias, lojas de calçados, oficinas de costureiras e de modistas, salões de barbeiros e cabeleiros. Tudo isso foi modificando, aos poucos, gostos, hábitos e costumes da população, introduzindo na cidade noções de conforto desconhecidas até então.

Para assegurar o progresso material foi necessário um número maior de pedreiros, carpinteiros, ferreiros, de pessoas, em suma, especializadas em vários ofícios; daí foi surgindo aos poucos uma nova camada social, a pequena classe média, intermediária entre os escravos e os ricos e nobres.

Com o aprimoramento do gosto, dos hábitos e dos costumes houve também um aprimoramento cultural, por meio de novas escolas elementares, médias e superiores abertas não só no Rio de Janeiro, mas também em outras capitais de província. A imprensa difundiu-se e os livros começaram a circular fazendo crescer o interesse pela cultura e pelos estudos. (Holanda/apud Arruda e Piletti, 1999, p.266).

Não era dos mais favoráveis o quadro geral da economia brasileira quando da instalação aqui do governo português. Diferentemente das últimas décadas do século XVIII, quando as guerras de independência dos Estados Unidos e das colônias hispano-americanas desarticularam suas economias e, assim, fizeram aumentar a exportação brasileira de algodão e de açúcar, o começo do século XIX foi marcado pela perda de mercado para os principais produtos agrícolas enviados do Brasil para o exterior. E mesmo com a redução das rendas públicas obtidas com os impostos sobre gêneros exportados, o Brasil teve de enfrentar vultosos gastos com a montagem da estrutura necessária para fazer funcionar a máquina administrativa.

O historiador Luiz Alencastro conta que, além da família real, 276 fidalgos e dignitários régios recebiam verba anual de custeio e representação, paga em moedas de ouro e prata retiradas do tesouro real do Rio de Janeiro [...] acrescenta a esse número mais 2000 funcionários reais e indivíduos exercendo funções relacionadas à Coroa, setecentos padres quinhentos advogados, duzentos praticantes de Medicina e entre 4000 e 5000 militares (Gomes, 2007, p. 189).

Para fazer frente às despesas o governo, além de fazer um empréstimo junto à Inglaterra, criou um banco estatal para emitir moedas. Fundado

em 1808, o Banco do Brasil foi liquidado em 1829, por falência, e voltou a ser recriado em 1853, já no governo de Pedro II.

Por outro lado, a abertura dos portos significou a abertura do mercado brasileiro para a Inglaterra. As estreitas relações diplomáticas que mantinha com Portugal e o fato de deter o grau mais avançado de industrialização no começo do século XIX tornaram aquele país o maior beneficiário da abertura do mercado brasileiro. Em acordos assinados no ano de 1810 D. João garantiu ainda mais vantagens aos ingleses. Além de pagarem uma taxa menor do que a que era cobrada até aos comerciantes portugueses para colocarem seus produtos à venda no Brasil, aos ingleses era garantido o direito de, em casos de delito, serem julgados pelas leis do seu país.

As vantagens concedidas à Inglaterra praticamente anularam os efeitos da revogação, por D. João VI, da lei que proibía a instalação de manufaturas no Brasil. Como a nascente produção nacional não podia concorrer com a vitoriosa indústria inglesa, restava somente a agricultura, considerando que o extrativismo de ouro era uma atividade em decadência quando da chegada da Corte portuguesa.

No plano administrativo, o governo de D. João VI criou inúmeras repartições, reproduzindo o que já existia em Portugal.

Um verdadeiro aparelho de estado e um corpo diplomático instalaram-se no Rio. E, em 16 de dezembro de 1815, o Brasil passou à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Assim, a ex-capital colonial tornara-se sede de ministérios, secretarias, tribunais, repartições públicas, de um Conselho de Estado, outro de Fazenda, etc. E foi no Rio de Janeiro que, morta a rainha, o até então príncipe-regente foi aclamado, em 1816, como rei D. João VI.

Importante destacar também o progresso educacional e a renovação cultural resultantes da instalação da corte no Brasil e dos novos hábitos de consumo que provocou:

O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi instalado em 1808 na Bahia: a Escola Médico-Cirúrgica. Seguiram-se fundações similares no Rio, que passou a ser sede, ainda, das academias Militar e de Marinha, enquanto escolas de Artilharia eram criadas na Bahia e no Maranhão. O Rio sediou também a Biblioteca Real, núcleo inicial da Biblioteca Nacional posterior, e uma Academia que deu origem à atual Escola Nacional de Belas-Artes. A presença da corte encorajou a vinda ao Brasil de várias missões exploradoras, científicas e artísticas européias. Sobressaem as do mineralogista alemão Von Eschwege e dos bávaros Spix e Martius, as viagens do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire e, no campo das artes, a missão artística francesa chegada em 1816, entre cujos integrantes estava o pintor Jean-Baptiste Debret, o qual deixou obra que retrata o cotidiano

do Rio de Janeiro na época. Enfim, no Rio de Janeiro foi fundada a Imprensa Régia – produzindo livros e folhetos, e imprimindo o primeiro jornal a funcionar no Brasil (a Gazeta do Rio de Janeiro) -, seguindo-se a instalação de outras gráficas em diversas províncias, a começar pela Bahia. (Cardoso, 1990, p. 124).

Biblioteca Real

Em 1808, a Corte portuguesa trouxe consigo um pequeno número de obras pertencentes à Livraria Real, organizada por ordem de D. José I para substituir a Real Biblioteca da Ajuda, que o terremoto de Lisboa destruíra em 1755. Nos anos seguintes, outros volumes necessários a uma nova Corte foram enviados de Portugal, compondo um acervo de aproximadamente 50 mil itens [...]. Representado o melhor que Portugal tinha de impresso e ilustrado, foi este acervo que deu origem à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e significou uma enorme abertura intelectual para o até então acanhado mundo da cultura brasileira. (Vainfas, 2002, p. 92).

No plano externo, o governo do regente e depois rei D. João VI adotou uma política agressiva e de muito impacto nas finanças públicas da colônia. Primeiro invadiu a Guiana Francesa em 1809 e apoderou-se de Caiena, sua capital, para vingar-se de Napoleão Bonaparte. Somente em 1817 a França recebeu de volta sua colônia. Nesse mesmo ano o exército brasileiro tomou a Banda Oriental do Paraguai. Com o nome de Província Cisplatina a região foi anexada ao Brasil em 1821, situação que perdurou até 1825.

Também no plano interno o governo de D. João VI teve de enfrentar um grave conflito, a Insurreição Pernambucana. O movimento autonomista de inspiração republicana e maçônica eclodiu em Recife no ano de 1817. Fruto das idéias revolucionárias em efervescência na época, o movimento também refletia o descontentamento dos grupos locais com o favorecimento da Coroa aos comerciantes portugueses e com os altos impostos cobrados pelo governo para financiar as guerras. Sob a liderança de senhores de engenho, comerciantes, padres e militares, os revoltosos derrubaram o governador de Pernambuco do cargo e criaram um governo provisório, que logo “proclamou a república liberal orientada no interesse da grande propriedade escravista” e procurou expandir as fronteiras do novo regime para as províncias vizinhas. Ao cabo de 75 dias tropas reais sufocaram o movimento, impondo pesadas penas aos líderes.

Instalado no Brasil desde 1808, D. João VI se mantinha como rei de Portugal, mas, na verdade, o país vivia sob a tutela britânica. Depois de 1813, já terminada a Guerra Peninsular deflagrada por Napoleão em 1807, com a invasão de Portugal e Espanha, D. João permanecia no Rio de Janeiro, enquanto um general inglês governava Portugal. Era natural, portanto, a insatisfação dos portugueses, que se ressentiam da ausência do

rei, da crise econômica que atingira o país após a invasão napoleônica e o fim do monopólio sobre o comércio do Brasil e, ainda, da continuidade dos impostos extraordinários criados pela corte para financiar a luta contra Napoleão, mesmo após o término da guerra.

Se quisesse, o príncipe regente poderia ter retornado em segurança a Lisboa sem problema algum apenas dois anos depois de ter partido. Seus planos, porém, eram outros. D. João sabia que, se o império português tinha algum futuro, suas chances de sobrevivência estavam mais no Brasil do que em Portugal. Por isso, resistiu enquanto pôde às pressões para retornar. Em 1814, o próprio governo inglês tentou levá-lo de volta [...] temia que, se a corte não voltasse, o clima de insatisfação se tornaria incontrolável. D. João se recusou a embarcar. E os temores ingleses se confirmaram. O fantasma da revolução sufocada em 1817 ressurgiu em 1820, na cidade do Porto. (Gomes, 2007, p. 314).

Sob inspiração das idéias liberais que se difundiam pela Europa desde o século XVIII, no ano de 1820 eclodiu na cidade do Porto uma revolta, que logo se expandiu para outras regiões de Portugal. Era o início da Revolução Constitucionalista do Porto, da qual resultou a convocação das Cortes (uma espécie de parlamento), a elaboração de uma Constituição e o ultimato para o retorno do rei. Registre-se, no entanto, que os mesmos revolucionários que pediam o fim do absolutismo monárquico, também pretendiam restabelecer o monopólio português sobre o comércio do Brasil, fazendo o país retroceder ao status de colônia. Outro registro que se deve fazer diz respeito ao entusiasmo com que foram recebidas no Brasil as notícias da Revolução Liberal do Porto, sua propagação pelo país e o juramento à Constituição feito por D. João VI, como resultado da pressão dos revoltosos.

Obrigado pelos acontecimentos a voltar a Lisboa, D. João VI deixou

o Brasil em 1821, mas antes transferiu para seu filho Pedro o governo do país. Iniciava-se uma nova fase na história política do Brasil, com Dom Pedro sob pressão das Cortes de Lisboa, no seu intento de recolonizar o Brasil e, internamente, tendo que enfrentar a disputa dos grupos que aspiravam ao poder.

Em Portugal, as Cortes constituintes baixaram uma série de atos com vistas a suprimir a autonomia obtida pelo Brasil e exigindo o retorno imediato do



A Partida da Corte Portuguesa do Brasil. (Fonte: www.nosrevista.com).

príncipe regente para Portugal. No Brasil, os grupos nacionais dividiam-se na defesa de três propostas: “levar o país de volta à situação de colônia, como queriam as Cortes; apoiar dom Pedro e chegar a uma independência pacífica, com a instalação de uma monarquia e proclamar a República, com apoio de movimentos populares”. (Arruda e Piletti, 1999, p. 268).

O retorno da família real a Portugal altera, significativamente, a composição das forças existentes no Brasil: o elemento português enraizado nos portos, nas casas comerciais e mesmo na agricultura teme que o retorno do jovem príncipe o deixe só frente ao elemento nacional hostil; os brasileiros liberais temiam, com a partida do príncipe, o fortalecimento dos movimentos radicais, de cunho republicano, que levariam o Brasil a uma “via latino-americana” de autonomia, com a formação de várias repúblicas independentes. Para o setor dominante do Sudeste, os fazendeiros e comerciantes do Rio, São Paulo e Minas Gerais, um governo radical apresentaria a possibilidade de extinção da escravidão e, talvez, uma alteração do regime fundiário. Tal temor ecoava nas capitânicas como Pernambuco, Bahia ou Maranhão, onde os grupos dominantes temiam o acesso à cena política dos grupos subalternos (negros, libertos, mestiços), que poderiam repetir aqui um perfil “haitiano” de independência. A cisão dos grupos dominantes era compreendida como a forma mais fácil de promover a aparição dos grupos subalternos como protagonistas políticos. (Monteiro, 1990, p.134).

Identificando-se com o grupo de tendência mais conservadora, que almejava a independência feita de maneira a evitar-se o risco de ruptura da ordem social vigente, dom Pedro começou por escolher para ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, que passou para a história como “O Patriarca da Independência”. Com ele saíram vencedores os grandes proprietários e comerciantes, para os quais era preciso romper de vez com Portugal, portanto, declarar a independência, mas fazer isso com o apoio do representante da monarquia, sem participação popular, sem risco de rupturas. E foi essa aliança com os brasileiros que levou dom Pedro a desobedecer à ordem das Cortes para que retornasse a Lisboa, num episódio acontecido em 09 de janeiro de 1822, que ficou conhecido como Dia do Fico.

Durou pouco o tempo em que José Bonifácio esteve à frente do ministério de



O dia do Fico. (Fonte: www.static.infoescola.com)



José Bonifácio, o Patriarca da Independência. (Fonte: Bueno, 2002, p.175).

D. Pedro, mas foi o suficiente para realizar um grande feito. Coube a ele “ser o principal conselheiro do príncipe regente e futuro imperador D. Pedro num momento crucial para a construção do Brasil [...] Na Independência, Bonifácio era “um homem com um projeto de Brasil”, na definição do historiador e jornalista Jorge Caldeira. Na sua visão, a única maneira de impedir a fragmentação do território brasileiro após a separação de Portugal seria equipá-lo com um “centro de força e unidade” sob o regime de monarquia constitucional e a liderança do imperador Pedro I. Foi essa fórmula de Brasil que triunfou em 1822. (p. 146).

Como “homem sábio e experiente”, Bonifácio tinha idéias muito avançadas para a época. “Defendia o fim do tráfico negreiro e a abolição da escravatura, reforma agrária pela distribuição de terras improdutivas e o estímulo à agricultura familiar, tolerância política e religiosa, educação para todos, proteção das florestas e tratamento respeitoso aos índios. Já naquele tempo achava ser necessária a transferência da capital do Rio de Janeiro para algum ponto da região Centro-Oeste, como forma de estimular a integração nacional. (Gomes, 2007, p. 20).

Contudo, sua decisão de permanecer no Brasil não demoveu as autoridades portuguesas da intenção de levá-lo de volta e retomarem o controle da colônia. Ao mesmo tempo em que enfrentava a pressão externa, faltava ao príncipe regente uma sólida base de apoio interna. Não havia unidade entre os brasileiros no que diz respeito à separação dos portugueses. Segundo Gomes,

em 1822 a noção de identidade nacional plantada por D. João VI era ainda muito tênue”.

Uma prova dessa fragilidade regional pode ser medida na delegação brasileira enviada a Portugal para participar das votações das Cortes entre 1821 e 1822. O Brasil tinha direito a 72 deputados, mas só 46 compareceram às sessões de Lisboa, o que os deixava em minoria frente à representação portuguesa, composta por cem delegados. Apesar da inferioridade numérica, os brasileiros se dividiram nas votações. Com raras exceções, os delegados das províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Bahia se alinharam aos interesses portugueses e votaram sistematicamente contra as propostas brasileiras das demais regiões [...] Além das divisões regionais, havia as divergências políticas. No Brasil, o projeto de independência tinha ampla aceitação, mas poucos concordavam a respeito do que fazer com o novo país depois de conquistada a autonomia. Na falta de partidos políticos organizados, essas noções eram debatidas e defendidas em igrejas, clubes e sociedades secretas, como a maçonaria. Ali se agrupavam de um lado, monarquistas constitucionais, e de outro, os republicanos”. (Gomes, 2007, 63-64).

Contudo, quando D. Pedro reagiu à radicalização dos deputados constituintes portugueses declarando o Brasil independente de Portugal, saiu vitorioso o projeto dos monarquistas constitucionais liderados por José Bonifácio. No livro 1822, Laurentino Gomes trata do processo de independência e, nele, descreve os fatos acontecidos na colina do Ipiranga, baseado no testemunho de pessoas que estavam com D. Pedro naquele dia 7 de setembro de 1822, a exemplo do Padre Belchior, conforme veremos a seguir.

O dia 7 de setembro amanheceu claro e luminoso nos arredores de São Paulo [...] Faltava ainda uma hora para o nascer do sol quando D. Pedro saiu de Santos, cidadezinha de 4.781, onde passara o dia anterior inspecionando as seis fortalezas que guarneciam as entradas pelo mar e visitando a família de José Bonifácio de Andrada e Silva. Sua comitiva era relativamente modesta para a importância da jornada que iria empreender. Além da guarda de honra, organizada nos dias anteriores de forma improvisada nas cidades do vale do Paraíba, enquanto viajava do Rio de Janeiro para São Paulo, acompanhavam D. Pedro o coronel Marcondes, o padre Belchior, o secretário itinerante Luís Saldanha da Gama, futuro marquês de Taubaté, o ajudante Francisco Gomes da Silva e os criados particulares João Carlota e João Carvalho [...] só ao cair da tarde daquele Sete de setembro a comitiva chegou à colina do Ipiranga [...]

D. Pedro ainda estava no alto da colina quando [...] chegaram dois mensageiros da corte do Rio de Janeiro [...] Eram portadores de mensagens urgentes enviadas por José Bonifácio e a princesa Leopoldina, mulher de D. Pedro e encarregada de presidir as reuniões do ministério na ausência do marido.

Os meses anteriores tinham sido de grande tensão e confronto entre portugueses e brasileiros. Havia ressentimentos e desconfianças acumulados dos dois lados do Atlântico. Em Portugal, conspirava-se para que o Brasil voltasse à condição de colônia [...] Por isso, em 1822 todo o esforço dos brasileiros estava concentrado em assegurar a autonomia e os benefícios já conquistados com D. João. Também por essa razão as notícias recebidas por D. Pedro naquele Sete de Setembro eram tão ruins.

No dia 28 de agosto o navio Três Corações atracara no porto do Rio de Janeiro trazendo as últimas novidades de Portugal. Eram papéis explosivos. Incluía os decretos em que as cortes constituintes portuguesas na prática destituía D. Pedro do papel de príncipe regente e o reduzia à condição de mero delegado das autoridades de Lisboa. Suas decisões tomadas até então estavam anuladas. A partir daquele momento, seus ministros seriam nomeados em Portugal e sua autoridade não mai se estenderia a todo o Brasil. Ficaria limitada ao Rio de Janeiro e regiões vizinhas. As demais províncias passariam a se reportar diretamente a Lisboa. As cortes também determinavam

a abertura de processo contra todos os brasileiros que houvessem contrariado as ordens do governo português. O alvo principal era o ministro José Bonifácio, defensor da Independência e grande aliado de D. Pedro.

Convocadas à revelia de D. João VI, as cortes vinham tomando decisões contrárias aos interesses do Brasil desde o ano anterior. No final de 1821, tinham ordenado a volta de D. Pedro a Portugal, de onde passaria a viajar incógnito pela Europa com o objetivo de se educar. O príncipe decidira ficar no Rio de Janeiro, mas desde então o seu poder vinha sendo reduzido. Tribunais e repartições em funcionamento no Brasil durante a permanência da corte haviam sido extintos ou transferidos para a antiga metrópole. As províncias receberam instruções para eleger cada uma sua própria junta de governo, que se reportaria diretamente a Lisboa e não ao príncipe no Rio de Janeiro. Em outra tentativa de isolar D. Pedro, as cortes tinham nomeado governadores das armas, ou seja, interventores militares, encarregados de manter a ordem em cada província e que só obedeciam à metrópole [...]

A correspondência entregue pelos dois mensageiros a D. Pedro na colina do Ipiranga refletia esse momento máximo de confronto entre Brasil e Portugal. Uma carta da princesa Leopoldina recomendava ao marido prudência e que ouvisse com atenção os conselhos de José Bonifácio. A mensagem do ministro dizia que informações vindas de Lisboa davam conta do embarque de 7.100 soldados que, somados aos seiscentos que já tinham chegado à Bahia, tentariam atacar o Rio de Janeiro e esmagar os partidários da Independência. Diante disso, Bonifácio afirmava que só havia dois caminhos para D. Pedro. O primeiro seria partir imediatamente para Portugal e lá ficar prisioneiro das cortes, condição na qual já se encontrava seu pai, D. João. O segundo era ficar e proclamar a Independência do Brasil, fazendo-se se imperador ou rei [...] uma terceira carta, do cônsul britânico no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, mostrava como a Inglaterra analisava a situação política em Portugal. Segundo ele, já se falava em Lisboa em afastar D. Pedro da condição de príncipe herdeiro como punição pelos seus repetidos atos de rebeldia contra as cortes constituintes. A carta de Leopoldina, a mais enfática de todas, terminava com uma frase que não deixava dúvida sobre a decisão a ser tomada: “Senhor, o fruto está maduro, colhe-o já!”.

Quatro anos mais tarde, em depoimento por escrito, padre Belchior registrou o que havia testemunhado a seguir:

D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou-os e deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, virou-se para mim e disse:

_ E agora, padre Belchior?

Eu respondi prontamente:

_ Se Vossa Alteza não se faz rei do Brasil será prisioneiro das

cortes e, talvez, deserddado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação.

D. Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Bregaro, Carlota e outros, em direção aos animais que se achavam à beira do caminho. De repente, estacou já no meio da estrada, dizendo-me:

_ Padre Belchior, eles o querem, eles terão a sua conta. As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão agora quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero com o governo português e proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal. Respondemos imediatamente, com entusiasmo:

_ Viva a Liberdade! Viva o Brasil separado! Viva D. Pedro!

O príncipe virou-se para seu ajudante de ordens e falou:

_ Diga à minha guarda que eu acabo de fazer a independência do Brasil. Estamos separados de Portugal. (Gomes, 2007, p. 30-36).

Aclamado Imperador do Brasil, com o título de D. Pedro I, o monarca teve de enfrentar luta em dois planos: externamente, pelo reconhecimento da Independência por Portugal e demais países e, internamente, contra movimentos anti-separatistas em algumas províncias e contra os projetos de independência dos liberais radicais.

No primeiro caso, após o reconhecimento da Independência do Brasil pelos Estados Unidos em 1824, e com a intermediação inglesa, Portugal aceitou reconhecer a autonomia do país em troca do pagamento de indenização. A Inglaterra também exigiu a renovação dos Tratados de comércio que havia assinado em 1810 com Portugal, além de outros privilégios econômico-financeiros.

Já o caso das províncias que reagiram contrariamente à Independência desencadeou séria violência.

travou-se áspera guerra na Bahia por mais de três anos, com a larga utilização de mercenários ingleses, franceses e alemães, para a anexação da então mais importante província. A conquista da Bahia trouxe junto Alagoas e Sergipe d'El-Rey e reforçou a situação do Rio de Janeiro na província do Ceará [...]. Do Ceará se marcha sobre o Piauí e depois, por terra e mar, se combate até a captura de São Luís do Maranhão.

O saldo de mortos da Bahia ao Maranhão, já era bastante elevado. A conquista da última província renitente, o Grão-Pará, iria aumentar em muito o rol de violência da independência.

Contra o Grão-Pará, que se decidira pela união com Portugal, foi enviado o mercenário Pascoe Grenfell, sob ordens do almirante Lord Cochrane [...], resultando em um saldo de mais de 1.300 vítimas, dos

quais 252 mortos por sufocação por cal virgem lançada no porão do brigue Palhaço, onde estavam aprisionados por ordem de Grenfell. Assim, a luta pela independência completava-se com a união em torno do Rio de Janeiro de todas as províncias, com o esmagamento de outros movimentos autonomistas ou da opção por Portugal. [...] Um dos temas prediletos da historiografia brasileira, a via pacífica para a independência – sob a égide do Príncipe Pedro – deve ser revista, como já o fez o historiador José Honório Rodrigues, demonstrando a violência e crueza que revestiu a luta pela emancipação. Como corolário devemos destacar que a manutenção da unidade do Brasil, sempre comparada com a divisão da Antiga América Espanhola, deve ser creditada ao gênio organizatório e financeiro dos Andrada, que, apoiados pelos grupos dominantes do Sudeste, bem como por inúmeros núcleos de nacionalistas nas províncias, conseguiram impor, manu militari, a união em torno do Rio de Janeiro”. Monteiro, 1990, p. 135/136).

Outro aspecto do movimento de independência que chama a atenção porque só revelado recentemente pela historiografia diz respeito à politização das ruas. Vejamos o que diz sobre esse assunto Marcello Basile, autor do texto *O Império Brasileiro: Panorama Político*:

Um ponto importante a destacar é o papel de primeiro plano desempenhado pela Imprensa no processo de Independência. O clima de intensa efervescência da época propiciou, como demonstraram Cecília Oliveira e Lúcia Neves, uma proliferação sem precedentes de jornais e o surgimento de centenas de panfletos de caráter político-doutrinário, que polemizavam uns com os outros, configurando assim, nos dois lados do Atlântico, uma intensa rede de debates. Para isto também contribuiu uma relativa liberdade de Imprensa instaurada em 1821 e a criação de diversas outras tipografias além da Impressão Régia (somente no Rio de Janeiro eram sete, em 1822). Os principais centros produtores de tais impressos eram Lisboa e Porto, em Portugal, e Rio de Janeiro e Salvador, no Brasil.

Depois de listar os principais jornais que circularam a época no Rio de Janeiro e na Bahia, Basile prossegue dizendo que:

Assim como os periódicos, mas sem a continuidade e a recorrência típicas de tais publicações, os panfletos e folhetos políticos discutiam pontualmente, por um lado, as questões e os acontecimentos políticos do momento, como a revolução em Portugal, a permanência ou não de dom João e o local mais apropriado para a sede da Monarquia, as manifestações públicas [...], as eleições para as Cortes de Lisboa, as medidas tomadas por estas, o fisco, a convocação do Conselho de Procuradores das Províncias e da Assembléia Constituinte brasileira, a situação das províncias, as relações entre portugueses e

brasileiros, a união ou a separação dos dois Reinos. Por outro lado, foram responsáveis também, ao lado dos jornais, pela divulgação e vulgarização das idéias liberais e de um novo vocabulário político, calcado neste ideário, introduzindo e explicando temas como a limitação dos poderes absolutos do Estado, o constitucionalismo, a representatividade política, a divisão de poderes, o pacto social, as garantias e os direitos civis e políticos do homem e do cidadão, a soberania do povo ou da nação, entre outros. Para tanto, apresentavam-se sob as mais diversas formas didáticas do discurso político, como cartas, diálogos, versos, hinos, catecismos e orações políticas, buscando atingir, por meio de tais técnicas facilitadoras da oralidade, um público que ia além do letrado. Um traço característico desses impressos (e também de alguns periódicos) era o freqüente anonimato de seus autores, que quase sempre escondiam-se sob a capa de pseudônimos e de iniciais de nomes, quando não simplesmente omitiam qualquer tipo de identificação; era este um meio de garantir a liberdade de expressão [...].

Jornais e panfletos difundiam, assim, uma cultura política, calcada no Liberalismo, que encontrou ampla ressonância, sobretudo no Rio de Janeiro, nos diversos espaços públicos de sociabilidade que então se formavam, e que desempenharam também um importante papel no processo de Independência. Dentre estas instâncias, destacavam-se as sociedades secretas, como as lojas maçônicas Comércio e Artes e Grande Oriente do Brasil, e como o Apostolado, que reuniam, no Rio de Janeiro, a nata da elite política e intelectual, inclusive dom Pedro. Além disso, associações livres, academias literárias, livrarias, teatros, boticas, botequins, casas de pasto, e mesmo quartéis, igrejas, ruas e praças constituíam outros importantes espaços de sociabilidade – eruditos e populares.

Isto permite inferir que as idéias veiculadas nos periódicos e panfletos não atingiam somente as camadas alfabetizadas da população, que liam diretamente tais escritos políticos, mas alcançavam também o público não-letrado, que as apropriava por meio de uma cultura oral que promovia a circulação das mesmas em conversas e discussões, em boatos que corriam pela cidade, nas declamações de hinos e de sonetos patrióticos, em sermões, nos movimentos políticos, em festividades nas vias públicas. [...].

Em vista de tudo isso, pode-se dizer que o processo de Independência produziu uma politização das ruas, e o desenvolvimento de uma opinião pública embrionária, que delineia, então, uma esfera pública emergente, ao menos na cidade do Rio de Janeiro, e talvez, em menor escala, em algumas outras também importantes, como Salvador e Recife. (Basile, 1990, p. 204/207).

Registre-se, ainda, a discordância do autor do texto acima em relação às análises que enfatizam a forma pacífica como se deu a Independência do

Brasil, posição que ele torna ainda mais clara quando destaca que “o processo de Independência não envolveu apenas as elites políticas e socioeconômicas do país, e nem foi tão pacífico, como comumente se concebe”. (p. 207).

Mas, voltando ao governo de d. Pedro I, um fato que ganhou evidência logo no início do 1º Reinado foi o choque de opiniões entre a Monarquia e os grupos políticos nacionais e que teve seu ponto de maior efervescência com o início dos trabalhos da Assembléia Constituinte, em 1823.

Monarquistas absolutos e liberais, republicanos e federalistas, abolicionistas e escravagistas, entre outros grupos, se confrontariam pela primeira vez na Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, cujo objetivo era organizar o novo país. Ali apareceriam os temas que dominariam a arena política do Primeiro Reinado e também reivindicações inteiramente novas, como liberdade religiosa e de pensamento, direitos individuais e de propriedade, imprensa sem censura, governo firmado no consentimento geral [...]

Convocada por D. Pedro em junho de 1822, a constituinte só seria instalada um ano mais tarde, no dia 3 de maio de 1823, mas acabaria dissolvida seis meses depois, em 12 de novembro. Entre a convocação e a dissolução foram 18 meses de tumulto, em que as paixões políticas brasileiras se expressaram pela primeira vez de forma desenfreada. As discussões giravam em torno do papel do imperador. Um grupo sustentava que a legitimidade e o poder do soberano eram delegados pela nação brasileira. Aclamado pelo povo, o imperador teria de se submeter à Constituição, a ser elaborada pelos representantes do povo [...] Era o grupo dos chamados democratas, ligados às correntes mais revolucionárias da maçonaria, como o advogado Joaquim Gonçalves Ledo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, o brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto e o juiz português José Clemente Pereira. A segunda corrente, dos liberais moderados do ministro José Bonifácio, defendia que a autoridade do imperador, decorrente da tradição e da herança histórica, sustentava-se por si mesma. Era, portanto, superior à da constituinte e de todo o restante da sociedade brasileira”. (Gomes, 2007, p. 212-213).



As duas faces da moeda comemorativa da Constituição de 1824. (Fonte: Costa e Mello 2008, p.360).

Após a dissolução da Assembléia D. Pedro formou um Conselho com pessoas da sua confiança para elaborar a Constituição. E, de fato, em março de 1824, D. Pedro outorgou a primeira Constituição brasileira e a de mais longa duração. Só foi substituída em 1891, pela primeira constituição republicana.

Muito embora reconhecendo a existência de quatro poderes políticos: legislativo, judicial, executivo e moderador, a “Carta outorgada concentrava praticamente todos os poderes nas mãos do imperador”. Vejamos o que estabelecia o 1º capítulo do título V, referente ao poder moderador:

Art. 98º - O poder moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da Nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos.

Art. 99º - A pessoa do Imperador é inviolável e sagrada. Ele não está sujeito a responsabilidade alguma...

Art. 101º - O Imperador exerce o poder moderador:

1º - Nomeando os senadores na forma do artigo 43...

5º - Prorrogando ou adiando a Assembléia Geral e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que o exigir a salvação do Estado; convocando imediatamente outra, que a substitua.

6º - Nomeando e demitindo livremente os ministros de Estado...

(Castro, 1968, p. 153)

Além do poder moderador, a Carta Constitucional também designava o Imperador chefe do poder executivo, o qual seria exercido pelos seus ministros de Estado, e criava um Conselho de Estado, a ser composto de Conselheiros Vitalícios, nomeados pelo Imperador. Os Conselheiros deveriam ser ouvidos em “todos os negócios graves, e medidas gerais da pública administração”. Caberia também ao Imperador nomear os presidentes das províncias, assim como removê-los quando entendesse que assim conviria ao “bom serviço do Estado...” Dessa forma,

os poderes do imperador se estendiam às províncias governadas por um presidente e por um Conselho Geral. O imperador nomeava o presidente, que por sua vez escolhia os membros do Conselho.

Essa organização possibilitava ao imperador controle absoluto de todas as decisões, pois ele preenchia os cargos mais importantes e exercia o papel de juiz em caso de conflito entre poderes. Como titular do poder Executivo, ele era parte interessada em todo conflito desse tipo. Como ocupante do poder Moderador, era o juiz dessas disputas. Além disso, a Constituição estabelecia limites estreitos para a participação política da população. Por ela, só poderiam votar os homens de mais de 25 anos que tivessem uma renda mínima de 100

mil-réis por ano. Só poderia ser candidato a deputado aquele que tivesse uma renda mínima anual de 400 mil-réis. Para senador essa exigência subia para 800 mil-réis de renda anual. (Arruda e Piletti, 1999, p. 282).

Afora ter sido escrita sem a participação dos representantes das províncias e revelar o autoritarismo do imperador, a primeira Constituição brasileira, ao centralizar todo o poder nas mãos do monarca, acabou se tornando o estopim da crise que abalou o 1º Reinado. Além da reação dos políticos, incluindo até os moderados, dom Pedro ainda teve de enfrentar a eclosão de revoltas no Nordeste e o conflito externo com a Argentina por causa da província Cisplatina, do qual resultou a independência da região em 1828, com o nome de República Oriental do Uruguai.

Desde a instalação da Corte portuguesa no Brasil a região Centro-Sul foi a maior beneficiária das políticas adotadas; isso sem falar do Rio de Janeiro, que teve o privilégio de transformar-se em “capital de um vasto império mundial que, além de Portugal e Brasil, compreendia também possessões em mais dois continentes, como a África e a Ásia”. Para as demais regiões restou a submissão aos “arbítrios políticos e administrativos da nova Corte, que nomeava e destituía livremente governadores militares com plenos poderes para governá-las”. Mais difícil ainda era a situação do Nordeste: perdera o privilégio de sediar a capital colonial, antes situada na Bahia e ainda enfrentava dificuldades na competição pelo mercado açucareiro.

E foi nessa região, tendo Pernambuco como palco, que se deu a mais violenta reação à “política centralizadora, autoritária e intervencionista” de dom Pedro I. Uma revolta que eclodiu no ano de 1824 com o apoio da aristocracia rural e participação de segmentos sociais subalternos, cujos líderes pretendiam estabelecer a República na região e que chegou a obter a adesão do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. A Confederação do Equador, como foi chamada, foi reprimida com violência e seus líderes foram executados.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Em 25 de dezembro de 1823, alguns dias depois da eleição da junta presidida por Manuel Carvalho Pais de Andrade, revolucionário de 1817, circulou o primeiro número do *Typhis Pernambucano*, editado pelo carmelita Joaquim do Amor Divino, o frei Caneca. Nas páginas do periódico, a indignação com o ato que fechara a Assembléia Constituinte; sua atribuição à facção portuguesa que cercava D. Pedro e ao ministério que sucedera ao de José Bonifácio; o receio quanto ao restabelecimento do regime absolutista; e a defesa de um Império liberal que, sem quebrar os compromissos assumidos com o rio de Janeiro, reconhecesse ampla autonomia para as províncias definem o clima vivido em Pernambuco pouco antes da Confederação do

equador. Em janeiro de 1824, a situação agravou-se. Contrariando a decisão dos pernambucanos, no lugar de Manuel de Carvalho, o imperador nomeara Francisco Paes Barreto, o morgado do Cabo, como presidente da província [...]

O resultado foi a Confederação do Equador, proclamada em 2 de julho de 1824. Contando com a participação dos proprietários da mata, norte da província, ligados à produção algodoeira, do núcleo comercial do Recife e de elementos urbanos das camadas populares, pretendia reunir a Pernambuco as províncias do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e, possivelmente, do Piauí e do Pará, sob a forma de um governo federativo e republicano.

A insurreição manifestou acirrado sentimento antilusitano e autonomista [...] (também) um sentimento federalista. Esta, embora a província tivesse se engajado na Independência e sido a primeira a socorrer a Bahia para expulsar os portugueses, brotava das queixas de que todos os rendimentos da província continuavam a ser “sugados” pela corte [...] o cerne do programa dos confederados não residia numa solução separatista, que dividisse o Norte republicano do Sul monárquico – a ser adotada só em último caso –, mas numa concepção federativa, que unisse o Brasil contra a “negra perfídia” da conjura recolonizadora e absolutista do imperador.

A Confederação do Equador não resistiu, porém, à violenta repressão das tropas imperiais, comandadas por Francisco de Lima e Silva, que contaram com o apoio da região açucareira da mata sul. Inúmeros rebeldes foram executados em novembro de 1824, dentre eles, frei Caneca. (Vainfas, 2002, p. 161- 162).

Com o progressivo agravamento da crise e a perda de prestígio junto aos brasileiros, D. Pedro foi forçado a deixar o poder. Assim é que, em 07 de abril de 1831, abdicou do trono em favor de seu filho, o futuro imperador dom Pedro II e voltou para Portugal.

Carta de D. Pedro I para seu filho, escrita quando já estava a bordo do navio que o levaria para a Europa:

Meu querido filho e meu Imperador

Muito lhe agradeço a carta que me escreveu; mal a pude ler, porque as lágrimas eram tantas, que me impediram o ver; agora, que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua e certificar-lhe que, enquanto vida tiver, as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração.

Deixar filho, pátria e amigo, não pode haver maior sacrifício; mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória.

Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarão de sua educação e conte que o mundo o há de admirar, e que eu me hei de encher de ufanias por ter um filho digno da pátria.

Eu me retiro para a Europa; assim é necessário para que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e possa para o futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz.

Adeus, meu amado filho, receba a benção de seu pai, que se retira saudoso e sem mais esperança de o ver.

D. Pedro de Alcântara

Bordo da nau “Warspite”, 12 de abril de 1831 (Castro, 1968, p. 159)

A despeito de todo o debate e dos movimentos políticos que o acompanharam, o processo de Independência não suscitou, no entanto, um sentimento profundo de identidade nacional entre os brasileiros das diferentes partes do país, e logo, também não produziu, a seu termo, propriamente uma nação. Como já assinalado, durante toda a época colonial constituía o Brasil um conjunto de capitânicas sem unidade política e econômica, que se entendiam diretamente muito mais com o governo metropolitano do que com o governo-geral da Colônia. Esta, durante certo tempo também esteve dividida em duas unidades administrativas independentes uma da outra, formando os Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará. Além disso, ocorreram poucos movimentos cívicos durante o período, e ainda os que houve não se reportavam, em suas aspirações, à unidade de todo o Brasil. Mesmo durante a permanência da Corte portuguesa e, em seguida, da regência no Brasil, as capitânicas e depois províncias (à exceção das localizadas no Centro-Sul) resistiram de todas as formas, como visto, à integração ao governo do Rio de Janeiro. Os próprios deputados enviados para as Cortes de Lisboa declaravam-se representantes antes de suas províncias do que do Brasil. E, até depois de proclamada a Independência, várias províncias mantiveram-se fiéis à Portugal, somente sendo integradas pela força das armas.

Diante de tantas forças centrífugas, demoraria ainda muito tempo para que se diluíssem os patriotismos regionais e uma unidade nacional pudesse ser forjada”. (Basile, 1990, p. 208).

CONCLUSÃO

Embora a idéia de independência contasse com ampla aceitação, a maioria das lideranças políticas e intelectuais em ação no período não se entendia em relação ao modelo de governo a ser adotado: se Monarquia Constitucional ou República. Isso sem falar dos que defendiam a continuação dos laços que uniam o Brasil a Portugal. Não havia, em 1822, um projeto para o país após a obtenção da soberania.

Assim, quando respondeu à pressão das Cortes portuguesas com a declaração de autonomia e tornou vitorioso o grupo dos monarquistas constitucionais, D. Pedro I teve de enfrentar muitas resistências e acabou sendo levado a renunciar ao cargo.

RESUMO

Pressionado pelos acontecimentos que, na Europa, levaram tropas de Napoleão Bonaparte a ocuparem Portugal, D. João VI transferiu a Corte para o Brasil, principal colônia do império colonial português. Logo que chegou à Bahia, e antes mesmo de completar a viagem, já que o aparato de governo foi instalado no Rio de Janeiro, o príncipe regente decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, isso no começo do ano de 1808. Esta medida fez ruir as bases do sistema que norteava as relações da metrópole com a colônia.

Após o impacto inicialmente causado pela transmigração da família real, especialmente no Rio de Janeiro, D. João continuou governando Portugal à distância, até que eclodiu uma revolução que exigiu sua volta para a Europa. Coube ao seu filho, D. Pedro, a regência do governo brasileiro, e foi ele quem, em resposta às pressões das cortes portuguesas que queriam recolonizar o Brasil, declarou o país independente de Portugal, em setembro de 1822.

Mas logo nos primeiros momentos como Imperador do Brasil, assim que começaram os trabalhos da Assembléia encarregada de escrever a 1ª Constituição, D. Pedro I entrou em choque com os deputados constituintes, dissolveu a Assembléia e mandou preparar a Carta constitucional que outorgou em 1824. A crise que se instalou então no país só fez aumentar nos anos seguintes e acabou levando D. Pedro a renunciar ao trono em favor do seu filho Pedro de Alcântara, de apenas cinco anos de idade, e voltar para Portugal.

ATIVIDADES

1. Faça um sumário das principais mudanças acontecidas com a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro.
2. Explique como entendeu o papel da imprensa no movimento da Independência.
3. O que justifica a afirmação de que o processo de Independência não foi pacífico?

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C.. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil** - 9 ed.- Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A Crise do Colonialismo Luso na



- América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil** – 9 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CASTRO, Therezinha de. **História Documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.
- GOMES, Laurentino. **1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. V. 1. São Paulo: DIFEL, 1976. Tomo II.
- MONTEIRO, Hamilton de Matos. Da Independência à Vitória da Ordem. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) **História Geral do Brasil** – 9 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **A Monarquia no Brasil: O pensamento político da Independência**. Vitória: Edufes/CEG Publicações, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.